

Secretaria Geral de Controle Externo- SGCE Coordenadoria Especializada em Atos de Pessoal

**PROCESSO:** 02695/2022 **UNIDADE:** Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia Maria Vitoria Rebelatto Back Mateus Pavão **INTERESSADOS:** Samantha Linne de Sousa Amorim Gama Tatiane Soares Amorim Análise da Legalidade dos Atos de Admissão Edital de Concurso **ASSUNTO:** Público n. 001/2021. Guilherme Ribeiro Baldan – Juiz Secretário Geral em Substituição **RESPONSÁVEL:** Gustavo Luiz Sevegnani Nicocelli – Secretário de Gestão de Pessoas Rinaldo Forti da Silva – Juiz Secretário Geral Conselheiro Substituto Erivan Oliveira da Silva **RELATOR:** 

### RELATÓRIO DE ANÁLISE TÉCNICA

### 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Trata o presente processo de exame da legalidade dos atos de admissões de pessoal decorrente do concurso público deflagrado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, regido pelo Edital Normativo n. 001/2021 com vistas à aferição do estrito cumprimento às disposições dadas pelo art. 37, II e XVI da Constituição Federal e art. 22 da Instrução Normativa n. 13/TCER/2004, para fins de registro por esta Corte de Contas, nos termos do disposto no artigo 71, III, da Constituição da República de 1988.

# 2. ANÁLISE

### 2.1 - DADOS DO CONCURSO

Edital Normativo n.:	n. 01/2021/TJ/RO/01.09.2021 (Pág. 3-36			
	ID1301007)			
Imprensa Oficial n./Data:	Diário da Justiça n. 164/RO/02.09.2021 (Pág. 3-			
	36 ID1301007)			
Jornal de Grande Circulação/Data:	Ausente.			
Edital de Resultado Final:	n. 01/2021/TJ/RO/29.03.2022 (Pág. 37-48			
	ID1301007)			
Imprensa Oficial n./Data:	Diário da Justiça n. 058/RO/29.03.2022 (Pág. 37-			
	48 ID1301007)			
Jornal de Grande Circulação/Data:	Ausente			
Regime Jurídico:	Estatutário			

Av. Presidente Dutra, nº 4229, Bairro Olaria, Porto Velho - Rondônia CEP: 76801-327 Fone: (0xx69) 3609-6357 cecex4@tce.ro.gov.br / www.tce.ro.gov.br



Secretaria Geral de Controle Externo- SGCE Diretoria de Controle de Atos de Pessoal

**Parecer Controle Interno** 

Sim (pág. 97-98 ID1301007)

### 2.2. ANÁLISE DOS ATOS DE ADMISSÃO

Empreendida análise dos atos admissionais integrantes dos presentes autos, constata-se que se apresentam plenamente regulares, pois atendem satisfatoriamente as normas pertinentes à matéria, dispostas na Instrução Normativa n. 13/2004 TCE-RO, bem como no art. 37, inciso XVI da Constituição Federal, merecendo o devido registro, eis que os documentos encartados aos autos comprovam que os servidores foram admitidos mediante aprovação prévia em concurso público, bem como enviados todos os documentos necessários à aferição da regularidade das admissões.

Foram constatadas também impropriedades quanto ao cumprimento do disposto no art. 22, inciso I, alínea "d" da Instrução Normativa nº 13/2004/TCE-RO, in verbis:

Art. 22. A autoridade administrativa responsável por ato de admissão de pessoal na administração direta, indireta e fundacional do Estado e dos Municípios, cumpridas as exigências estabelecidas na Constituição Federal, artigo 37, incisos I, II, III, IV, VIII, IX, XVI e XVII, e § 10, deve remeter à respectiva unidade de controle interno, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de início do efetivo exercício do servidor, as informações e documentos a seguir discriminados:

- I Para cargo de provimento efetivo regido por estatuto próprio:
- d) cópia do edital de convocação;

Como dito, não se fez presente nos autos parte da documentação exigida pela IN n $^{\circ}$  13/2004/TCE-RO, supramencionada.

A convocação apesar de ser exigência normativa, em nome da economia processual, e considerando que o ato solene de posse, posterior a nomeação, foi devidamente realizado pela administração, entende-se que a ausência das convocações, por si só, não tem o condão de tornar os atos de admissão inaptos a registro.

#### 3. CONCLUSÃO

Após análise dos documentos que instruem os autos, constatada a regularidade dos atos de admissão dos servidores, conforme consta no subitem 2.2, eis que submetidos a concurso público, de acordo com as disposições do art. 37, II, da Constituição Federal e em conformidade relativa com as exigências da Instrução Normativa n. 13/TCE-2004, permite-se pugnar por seu registro, nos termos do artigo 56 do Regimento Interno desta Corte.

#### 4. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Por todo o exposto, submetem-se os presentes autos ao eminente Relator, tendo



Secretaria Geral de Controle Externo- SGCE Coordenadoria Especializada em Atos de Pessoal

como proposta de encaminhamento, a **concessão de registro** dos atos admissionais dos servidores elencados no subitem 2.2, nos termos do art. 49, III, "a", da Constituição do Estado de Rondônia c/c art. 37, I, da Lei Complementar n° 154/96, art. 54, I, e art. 56 do Regimento Interno desta Corte de Contas.

Porto Velho-RO, 08 de dezembro de 2022.

(assinado eletronicamente)

Michel Leite Nunes Ramalho

Coordenador Especializado em Atos de Pessoal

Matrícula. 406



Secretaria Geral de Controle Externo- SGCE Diretoria de Controle de Atos de Pessoal

### Anexo I - Check-list art. 22, inciso I da IN 13/2004

Dados do servidor	Cargo e colocação	TC-29	Convocação	Nomeação	Termo de Posse	Declaração Acumulação
Maria Vitoria	Técnico	√ pág. 80		√ - pág.	√ - pág. 61-	√ - pág. 87
Rebelatto Back	Judiciário –	ID1301007		55-60	62	ID1301007
- CPF n°	169°		η	ID1301007	ID1301007	
011.339.472-12						
Mateus Pavão	Técnico	√ - pág.		√ - pág.	√ - pág. 66-	√ - pág. 88
- CPF n°	Judiciário –	81-82		55-60	67	ID1301007
026.935.641-07	246°	ID1301007	η	ID1301007	ID1301007	
Samantha Linne	Técnico	√ - pág.		√ - pág.	√ - pág. 71	√ - pág. 89
de Sousa	Judiciário –	83-84		55-60	ID1301007	ID1301007
Amorim Gama	251°	ID1301007	η	ID1301007		
- CPF n°						
033.540.991-19						
Tatiane Soares	Técnico	√ - pág.		√ - pág.	√ - pág. 75-	√ - pág. 92
Amorim	Judiciário– 99°	85-86		55-60	76	ID1301007
- CPF n°		ID1301007	η	ID1301007	ID1301007	
025.627.982-95						

 $<sup>\</sup>sqrt{}$  = PRESENTE  $\eta$  = AUSENTE

### Em, 8 de Dezembro de 2022



MICHEL LEITE NUNES RAMALHO Mat. 406 COORDENADOR DA COORDENADORIA ESPECIALIZADA DE CONTROLE EXTERNO 4